

INTERAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO, CULTURA E CAPITAL SOCIAL NA FORMAÇÃO DO APL CELEIRO

INTERACTION BETWEEN DEVELOPMENT, CULTURE AND SOCIAL CAPITAL IN FORMATION OF APL BARN

RESUMO

O respectivo estudo tem por objetivo sistematizar algumas ideias elaboradas no âmbito do desenvolvimento regional com ênfase no Arranjo Produtivo Local (APL) da região Celeiro, relacionando a dinâmica do desenvolvimento e sua interação com o processo de globalização e a lógica do poder hegemônico ao qual repercute a cultura e capital social como forma de ingresso ao desenvolvimento. Para a realização da pesquisa, foram utilizados materiais bibliográficos correspondentes às definições de cultura, capital social e desenvolvimento, que surgem na academia com discussões conflitantes nas últimas décadas. Este tipo de aglomeração produtiva pode emergir como um caminho seguro e viável ao desenvolvimento, promovendo competitividade e sustentabilidade aos atores que ali se constituem. Desta forma, promovem a sustentabilidade por meio de um padrão de organização que constitui um ambiente de inclusão dos produtores nos negócios em um mercado com distribuição de riquezas, e a elevação do capital social por meio da promoção e a cooperação entre os atores do território. Por fim, aborda-se que o relacionamento do desenvolvimento e suas interações com a cultura e capital social influenciam a dinâmica das regiões, assim como, possibilitam a promoção do desenvolvimento regional, permitindo otimizar a alocação de recursos e promover o compartilhamento de objetivos comuns entre os atores envolvidos.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; capital social; cultura; globalização.

Abstract

ts study aims to systematize some elaborate ideas in regional development with emphasis on the Local Productive Arrangement (APL) barn area, relating the dynamics of development and its interaction with the process of globalization and the logic of the hegemonic power which resonates culture and social capital as a way of entering the development. For the research, we used bibliographic materials corresponding to the definitions of culture, social capital and development that arise in the gym with conflicting discussions in recent decades. This type of productive clusters can emerge as a safe and viable development path, promoting competitiveness and sustainability to the actors that there are constituted. Thus promote sustainability through a pattern of organization is an environment of inclusion of producers in business in a market with distribution of wealth, and the raising of capital through the promotion and cooperation between the actors of the territory. Finally, we discuss the development relationship and their interactions with the culture and social capital influence the dynamics of the regions, as well as make it possible to promote regional development, allowing optimize the allocation of resources and to promote the sharing of common objectives between the actors involved.

Key words: regional development; share capital; culture; globalization.

INTRODUÇÃO

A análise histórica do desenvolvimento avalia o cenário econômico e o papel dos agentes econômicos na busca por vantagens competitivas e estratégias de sobrevivência neste mercado, o qual se apresenta com alto nível de concorrência. Neste sentido, o termo desenvolvimento sempre esteve atrelado à questão econômica de um país ou de uma

determinada região. Surge, assim, a figura dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) como forma de aumentar a competitividade e disseminar a cultura e o capital social num processo de integração e de reconhecimento mútuo.

Em consequência a desajustes econômicos e sociais os economistas focaram seus esforços preocupados em solucionar problemas relacionados ao crescimento econômico das nações e a reprodução do capital nas diferentes escalas produtivas. Essa ênfase retrata o desenvolvimento econômico como sinônimo de crescimento econômico, tendo como mola propulsora o modelo de produção capitalista.

No entanto, o desenvolvimento a partir das últimas décadas começa a ganhar um novo enfoque. Nesta nova abordagem, o desenvolvimento é tratado com aspectos qualitativos, ou seja, não estritamente ligados à lógica do capital ou do crescimento econômico. Em conjunto, novos conceitos vão emergindo, abordando questões de qualidade de vida, liberdade, cultura, capacidade, sustentabilidade, cooperação, capital social, cadeias de relações sociais, reciprocidade, especificidades regionais, eliminação das desigualdades e um sentimento maior no desenvolvimento regional.

O APL Agroindústria Familiar da Região Ceileiro, foco do estudo, funciona por meio de uma lógica relacional que utiliza a concorrência aliada à cooperação. Envolve cultura, normas, cadeias de relações e a confiança entre os agentes, integrando as entidades de apoio para prestação de serviços, associando-as aos fatores de produção (terra, mão de obra, capital e tecnologia), capital social e as habilidades de governança da sociedade para aumentar a eficiência e eficácia de seus processos (COSTA, 2010; MASCENA; FIGUEIREDO; BOAVENTURA, 2013).

Dentro deste contexto de aglomeração, Putnam (1996) retrata que o capital social diz respeito às variáveis que movem a sociedade, tais como: confiança, cooperação, reciprocidade, cultura, normas, valores, sanções, expectativas, obrigações, laços entre os atores e fluxo de informações. Nesses preceitos, salienta-se que é por meio dessas variáveis que é possível aumentar a eficiência e facilitar ações conjuntas dos APLs fortalecendo o desenvolvimento regional.

A partir dos argumentos expostos, o presente estudo teve como **objetivo central** discutir o relacionamento do desenvolvimento e suas interações com a cultura e capital social, que de certo modo influenciam a dinâmica das regiões assim como possibilitam a promoção do desenvolvimento regional. O estudo teve como base o levantamento de dados realizados pelo Plano de Desenvolvimento do APL Agroindústria Familiar da Região Ceileiro, o qual constituísse de 12 cooperativas que em seu todo envolvem 2.235 sócios. Deste montante,

1.739 famílias tem como atividade principal a produção de leite, 58 famílias se envolvem com a elaboração de produtos agroindustriais e 77 famílias com hortigranjeiros (BASSO, TRENNEPOHL, 2014).

O interesse pelo tema das relações existentes entre desenvolvimento, cultura e capital social tem sido crescente nas últimas décadas colocando em evidência o processo de desenvolvimento econômico de indivíduos e sociedades. O reconhecimento de inúmeros fracassos em iniciativas e projetos de desenvolvimento por falta de atenção à dimensão cultural e capital social motivou um olhar diferenciado sobre tal quesito na academia em diversos setores. No entanto, a reflexão que será feita sobre essas grandezas, será totalmente a luz dos olhares de autores que a longas datas discutem esses assuntos. Porém, cabe enfatizar que esses conceitos não podem ser visto somente desse prisma, existem outros importantes setores que buscam contribuir para que os objetivos que perpassam sobre estas apreciações complementem os conceitos aqui apresentados, como por exemplo, economia política, políticas públicas, associativismo, dentre outros.

Para a elaboração desse artigo foram realizadas técnicas de delineamento de pesquisa, com análises documentais discussões em sala de aula e pesquisas bibliográficas já validadas para a construção do referencial teórico e definição do tema abordado. A pesquisa bibliográfica foi realizada no período de 01 de julho a 20 de setembro de 2015, através de livros, banco de dados da Scielo, Anpad, Periódicos Capes, e dissertações da Biblioteca da UNISC. As palavras chaves para a busca de artigos científicos relevantes foram capital social, cultura, aspectos culturais e desenvolvimento regional.

O respectivo trabalho enfatiza a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para as ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento e a sua interação com a cultura e capital social em um sistema global de regime de acumulação capitalista onde prevalece um ambiente cada vez mais homogeneizado. Desta forma o trabalho se divide em seções. A primeira é constituída por esta introdução, contextualizando o tema e clarificando seu objetivo. As seções seguintes compreendem a revisão de literatura, abordando o processo de globalização e a lógica do poder hegemônico no regime de acumulação capitalista, o relacionamento do desenvolvimento e suas interações com a cultura e capital social com ênfase no arranjo constituído no APL Agroindústria Familiar da Região Celeiro. Na parte final propõem-se algumas considerações a qual permitem minuciosamente chegarmos à definição de que nosso objeto de estudo pode ajudar a promover o desenvolvimento regional.

1. As relações entre processo de globalização e a lógica do poder hegemônico no regime de acumulação capitalista

Uma das preocupações centrais da Ciência Econômica, desde a sua origem, tem sido com o processo de desenvolvimento econômico de indivíduos e sociedades. As contribuições dos pensadores clássicos, entusiasmados com as novas potencialidades apresentadas pelo capitalismo emergente, têm por objetivo identificar as causas, os obstáculos ou os riscos do crescimento da riqueza (SMITH, 1776). Enquanto estudioso da Economia Política, elaborou recomendações no sentido de remover os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo, na expectativa de que a plena realização de seu potencial traria benefícios para o conjunto da sociedade.

Como crítica a esta abordagem (Economia Política), Marx analisou de forma profunda e rigorosa o processo de desenvolvimento capitalista, reconhecendo e explicitando o seu grande potencial de promover o crescimento da riqueza e identificando leis e tendências gerais de comportamento dos sujeitos econômicos em seu contexto. Por outro lado, questiona o otimismo predominante com os benefícios gerais que adviriam desse progresso econômico, apresentando argumentos consistentes em relação aos inúmeros problemas associados ao desenvolvimento do capitalismo, como a expansão da pobreza enquanto produto do crescimento da riqueza ou o aumento da tensão entre os sujeitos econômicos e a eclosão das crises cada vez mais profundas e devastadoras. Em sua análise criou e utilizou o método chamado de materialismo histórico (MARX, 1982).

Nos tempos atuais, há um vício que leva a análise econômica à quantificação e formulação de modelos replicáveis as distintas situações de desenvolvimento. Esta corrente teórica é chamada de *mainstream economics*. A fundamentação desta corrente é vinculada ao determinismo econômico do desenvolvimento, e está atrelada aos pensadores da Escola Neoclássica ou Marginalista, que tem como seu principal expoente a figura de Marshall, que transformou o estudo da Economia Política em Ciência Econômica. A sua teoria é baseada na racionalidade dos indivíduos em busca de seus interesses e da satisfação de suas necessidades que por si só trariam benefícios para a coletividade. Todas as características dos indivíduos são traduzidas em termos econômicos e mais especificamente em atitudes de mercado que, por meio de seus mecanismos de ajuste entre oferta e procura, regulam todas as dimensões da vida humana. No entanto, nesta formulação teórica não há espaço para noções de justiça social, princípios ou valores coletivos e outros aspectos que não possam ser convertidos em preços de mercado.

Na década de 1930, Keynes em sua teoria criticou o modelo estabelecido, onde o mercado é a mola propulsora do desenvolvimento. Ele constata a insuficiência do mercado como regulador das relações econômicas e propôs uma série de mecanismos sociais ou estatais de intervenção no processo de desenvolvimento. Com base nessas formulações foram desenvolvidas várias ideias de direcionamento do desenvolvimento, com papéis importantes para os Estados nacionais, os organismos internacionais, entre outros.

Neste sentido, o desenvolvimento, que continua sendo um conceito amplo e sem um consenso teórico em distintas áreas do conhecimento, consolidou-se historicamente por sua dimensão predominantemente relacionada ao determinismo econômico. O aumento da produção de riquezas, o avanço tecnológico, a integração das economias regionais no mercado global e assim por diante, criariam as condições necessárias e suficientes para a melhoria das condições de vida das populações envolvidas.

Assim, buscando uma evolução contínua das condições de vida, o desenvolvimento regional contraria a lógica do neoliberalismo econômico, que replica modelos matemáticos em diferentes realidades, e é resultante/constituído de um processo histórico, cultural, ético, econômico e social que perfaz realidades diferentes, que conduz a uma análise mais específica de cada território.

Para entender a hegemonia do determinismo econômico presente nos debates sobre o desenvolvimento foi necessário focar reflexões sobre a construção cultural que serão discutidas na próxima seção. Tal movimento abriu espaços para a reflexão e o debate sobre diversos elementos componentes das culturas dos povos, como a tradição, os costumes, a arte, a literatura, a religião e outros.

2. O relacionamento do desenvolvimento e suas interações com a cultura e capital social com ênfase ao APL Agroindústria Familiar da Região Celeiro.

A discussão aqui realizada perpassa pela teoria que será tratada com maior ênfase em cada subseção a qual retrata abordagens sobre a cultura e o capital social. O arranjo constituído na região Celeiro, que é o objeto de estudo, compõe-se de atores que em busca de competitividade associam-se as cooperativas em busca de soluções para conseguirem colocar seus produtos no mercado. O Plano de Desenvolvimento do APL Agroindústria Familiar da Região Celeiro possibilitou uma reflexão importante em relação aos atores que compõem este arranjo produtivo. Este estudo permite identificar os atores que a constituem, sendo estes cooperativas e sócios, atuantes neste arranjo.

A seguir destaca-se alguns pontos que permitem melhor entender a dinâmica de acumulação e de reprodução do APL Ceileiro. Estas observações decorrem do diagnóstico da situação atual do Arranjo Produtivo e têm por finalidade levantar questões que deverão ser consideradas para as definições das possíveis estratégias de ação do Plano de Desenvolvimento do APL.

Inicialmente é importante destacar que as cooperativas, associações e agroindústrias são pequenas organizações que atuam na parte marginal do mercado regional do leite e demais produtos apesar de conseguirem, de forma coletiva, um volume significativo de leite, operam com a agricultura familiar na qual a escala e a produtividade é muito pequena. As ações de mercado estão reduzidas a negociações com compradores locais e na alimentação institucional.

Estas organizações apresentam problemas de gestão, pois os dirigentes carecem de conhecimento e de técnicas gerenciais adequados. Em boa parte administram as organizações de forma amadora adotando estratégias de viabilização questionáveis do ponto de vista do desenvolvimento. Algumas apresentam alto grau de dependência do setor público local. Em alguns casos, a troca de comando político nas prefeituras põe em risco a manutenção das atividades operacionais destas organizações. Ações de educação e de formação tendem a produzir impactos significativos nas organizações.

A produção do leite, no âmbito dos associados, apresenta, na maioria dos tipos, problemas de rendimento físico, que é baixo para os padrões da indústria. De forma coletiva, no entanto, conseguem negociar preços que, se não maiores que os praticados pelo mercado, pelo menos garantem preços iguais. Esta estratégia permite, segundo dados das cooperativas, um aumento médio na Renda dos associados de 35%.

As reflexões devem considerar que o APL e as cooperativas, associações e Agroindústrias se constituem em uma espécie de “alternativa social” que, antes de tudo, são uma forma de viabilizar a produção da agricultura familiar a qual poderemos analisar através das interações entre cultura, capital social e desenvolvimento.

2.1 Interações entre a cultura e o desenvolvimento

Para elucidar tal discussão, é necessário entender algumas apreciações que perpassam pela interação entre Cultura e o desenvolvimento. Williams (1993) argumenta que a cultura deve ser entendida na sua dimensão material (além da imaterial), assumindo um significado de coletividade, que interfere nas práticas sociais e na concretude da vida. Desta forma

entende-se a cultura como local de negociação e de resistência e não só de reprodução das relações capitalistas (poder hegemônico). Nessa mesma linha ressalta-se que as manifestações culturais certamente são alternativas de mudar processos de desenvolvimento de comunidades em geral, principalmente através da conscientização das problemáticas sociais e dos problemas da localidade.

Em um mundo globalizado as incertezas quanto à efetividade do desenvolvimento, e a insegurança em definir modelos tradicionais baseados em economia e políticas públicas são evidentes. Neste sentido o desenvolvimento está intimamente ligado a sua construção cultural que retrata a análise de novos conceitos, como o capital social e seus atores sociais, bem como a promoção da cultura, que por sua vez, tem papel proeminente na busca do desenvolvimento e é de extrema relevância para a sociedade (WILLIAMS, 1993).

Observa-se que as conexões que borbulham nesse espaço vêm historicizando, marcando períodos e construindo cenários. Para Ortiz (1994), a cultura é parte da sociedade, mola propulsora do conhecimento e da forma de agir de uma comunidade. Conhecer e analisar a cultura de um povo consubstancia-se num dos caminhos para a compreensão da sua organização, estrutura, funcionamento, seu campo imaginário e de crenças.

Desta forma, subentende-se que o Plano de Desenvolvimento do APL Agroindústria Familiar da Região Celeiro apresenta-se como uma união de sabedoria, crenças, valores, artes, normas e tradições adquiridas por pessoas pertencentes a grupos sociais independente de localização e tempo, ou seja, cada grupo terá o seu conjunto de aspectos que constituirá a cultura daquele grupo. Sendo assim “a cultura é composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupos de indivíduos guiam seu comportamento” (MILANI, 2003, p.1).

Para entender melhor o vínculo entre cultura e desenvolvimento considerado decisivo por Ortiz (1994), deve-se permitir trabalhar temas como: erradicação da pobreza, melhoria das condições de gênero, incentivo ao turismo, preservação do meio ambiente. Mais ainda, é no contexto da modernidade-mundo que se torna possível valorizar as diferenças. Dizer que as culturas são um “patrimônio da humanidade” significa considerar a diversidade enquanto um valor, se não “universal”, pelo menos, extensivo a um conjunto amplo de indivíduos (ORTIZ, 1994).

Sendo assim o termo cultura pode ser entendido de duas formas. Em seu sentido amplo (antropológico) significa o conjunto de relações que os membros de uma sociedade mantêm entre si, com a natureza e com as práticas destas relações. Em seu sentido restrito (cultivado) refere-se aos produtos do espírito humano, que se expressam na literatura, na

música, nos museus, nas academias de belas-artes, no cinema ou na chamada indústria cultural (WILLIAMS, 1993).

As sociedades são fortemente influenciadas por sua cultura, inclusive nos aspectos econômicos, mas ao mesmo tempo são as próprias sociedades que produzem seus costumes. A cultura, neste sentido, compreende um sistema de regras observadas, deformadas ou transgredidas cuja transformação corresponde ao movimento complexo das relações sociais internas e externas (RIST, 2000).

A perspectiva de cultura imbricada nas políticas públicas pode ser relacionada à promoção de eventos artísticos, ao apoio aos grupos folclóricos e assemelhados. Não há problema em promover e apoiar tais atividades, mas na sua separação das demais questões, especialmente dos elementos centrais do processo de desenvolvimento, que não necessariamente são expressas sobre esta forma de definição.

A cultura é algo extra econômico, constituída por elementos eruditos, neutros em relação ao desenvolvimento real e cotidiano. Nesse campo rapidamente ocorre o reconhecimento de que existe uma enorme diversidade cultural entre as nações e mesmo dentro de cada uma delas e de que não há como estabelecer padrões ou referências universais. A insistência num modelo cultural único para o mundo inteiro provocaria problemas múltiplos, além de um empobrecimento enorme (ORTIZ, 1994).

Nessa mesma linha Ortiz (1994) argumenta que uma homogeneização da cultura provocada principalmente pela globalização é ruim para a sociedade, ou mesmo até, nocivo para o desenvolvimento das regiões. Em consequência, este processo global não contemplaria as identidades culturais provenientes de cada território.

Qualquer nível de identidade cultural inclui vários outros parâmetros culturais de construção e negociação de identidade, incluindo fatores étnicos, gênero, raça, classe, dentre outros. A identidade cultural, portanto, serve tanto para explicar as relações e transformações que ocorrem em distintas realidades regionais. O Estado nacional, por exemplo, é uma noção que tem sido empregada tanto para reforçar quanto para desestruturar identidades culturais. A visão dominante no presente contexto histórico de hegemonia política do ideário liberal é de que os Estados nacionais mais atrapalham do que ajudam e, por consequência, não possuem competência nem legitimidade para definir caminhos próprios de desenvolvimento (TRENNEPOHL et al., 2007).

Desta forma, o desenvolvimento regional ganha destaque para entender tais dinâmicas de interação entre o desenvolvimento e a cultura. Provavelmente esta seja uma das causas que explicam porque a ideia de que se deve respeitar a diversidade cultural na construção de

projetos de desenvolvimento esteja muito mais presente nas discussões envolvendo espaços territoriais regionais do que no âmbito do planejamento nacional.

Esta interação entre a cultura e o desenvolvimento, e seus eventos transformadores, podem ter origem interna à sociedade ou podem decorrer do contato e das interações com outras culturas. Admite-se que cada sociedade tem a sua cultura e seu próprio processo de desenvolvimento, interagindo com os demais, e assim, determinando e sendo determinada (TRENNEPOHL et al., 2007).

Para tanto, deve-se ponderar que atualmente as políticas públicas e sociais atuais estão sendo moldadas, pelo que Ortiz (1994) chama de mundialização. Com o desenvolvimento de uma *cultura-mundo*, ante uma *cultura-local*, o que notamos é justamente a preponderância da desterritorialização, ou seja, da perda de identidades dos territórios frente a um modelo pré-estabelecido, que é global. Este processo pode ser exemplificado pelo padrão de consumo atual que o sistema capitalista impõe sobre as sociedades, em que se observa a fragmentação da sociedade com a realização de interesses pessoais individuais (*status*).

É neste contexto que o planejamento pode assumir um papel decisivo no processo de desenvolvimento de uma sociedade. Tomado enquanto ação organizada e consciente de intervenção num processo complexo, o planejamento pode contribuir para superar o determinismo econômico e, mesmo em um ambiente capitalista, construir caminhos alternativos de desenvolvimento, considerando as identidades, potencialidades, condições socioeconômicas, culturais e históricas de cada território. A pesquisa, a reflexão e o debate sobre o desenvolvimento cultural, só faz algum sentido se estiver aberta a possibilidade de uma intervenção consciente e racional no processo. É neste contexto de ação ou de expectativa quanto à possibilidade de ação que será discutido na próxima seção o desenvolvimento e o capital social.

2.2 Interações entre capital social e o desenvolvimento

Estudos realizados sobre o capital social nas escolas comunitárias rurais dos EUA em 1916, pela autora Lyda Judson Hanifan, refletem um trabalho pioneiro ao qual tratava que o decréscimo da sociabilidade e as relações de vizinhança eram causa do aumento da pobreza. No decorrer dos anos, o conceito sofreu reformulações e a partir da década de 80, estudos realizados por Robert Putnam (2000), Pierre Bourdieu (2003) e James Coleman (1988) retomam a expressão, difundindo-a para diversas áreas da pesquisa e práticas sociais. Nestes estudos, surgem, tanto implícita quanto explicitamente, coesão social, a variável confiança,

cooperação, redes, normas e instituições e percebe-se o capital social numa categoria viva, multiplicando seu entendimento em diversos ambientes em que é usado (BAQUERO; CREMONESE, 2006). Desta forma o estudo toma como base para construção do capital social o autor Putnam.

Ao analisar as estruturas sociais, Porter (2009), ressalta que o relacionamento social entre os indivíduos e o seu capital social resultante possibilita que o APL Agroindústria Familiar da Região Celeiro tenha acesso a recursos e informações indispensáveis ao seu funcionamento. Sendo assim permite que (...) os benefícios da confiança e da permeabilidade organizacional, fomentados pelas sucessivas interações e pelo senso de dependência mútua dentro de uma região ou cidade lubrifiquem as interações do arranjo produtivo local, aumentando a produtividade e estimulando a inovação.

Em consequência, Matos (2009) salienta que a fonte de governança, coordenação, cooperação e a difusão do conhecimento se obtêm mediante o acúmulo de capital social dentro de um determinado APL. Desta forma, é pertinente a verificação da existência de construtos e variáveis do capital social que influenciam o desenvolvimento e sucesso de um APL.

O Plano de Desenvolvimento do APL Agroindústria Familiar da Região Celeiro apresenta-se como uma ideia de que são os aspectos culturais os determinantes da confiança e do capital social (PUTNAM, 2000). Para esse autor são os fatores culturais que explicam porque as sociedades se diferenciam em seus desempenhos econômicos e políticos. A existência de horizontalidade nas relações entre indivíduos, desenvolvidas de acordo com as particularidades locais através de uma tradição comunitária, determinaria a maior propensão para o envolvimento dos agentes em ações coletivas capaz, então, de potencializar o uso do capital material e do capital humano da coletividade. Ao contrário, relações hierárquicas calcadas em clientelismo, ausência de confiança, (...) inibiriam o engajamento cívico, levando a uma performance inferior.

O estudo realizado por Putnam (2000), na Itália, tem como objetivo examinar as origens do governo eficiente. Em um capítulo de seu livro, *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*, aborda a lógica da ação coletiva e o conceito de capital social. Esta obra logo se tornou um clássico nas áreas sociais, econômicas, psicológicas e educacionais. Num embasamento mais direcionado, o autor afirma que capital social é representado pelos laços de confiança, reciprocidade, cooperação e solidariedade entre indivíduos que conjugam uma mesma história, normas, valores, objetivos, obrigações e fluxos de informações.

Nessa mesma linha do capital social apresentado, Putnam (2000) decorre por um conjunto de recursos sociais possuídos por um grupo através de redes de trabalho, com as quais se constitui uma comunidade cívica trazendo em evidencia o arranjo constituído pelo APL Celeiro. É fundamental que dentro deste grupo exista sentimento de solidariedade e igualdade com os demais membros, normas de cooperação, reciprocidade, confiança e atitudes positivas reveladas através deste relacionamento confiável.

Dentre estas, salienta-se que as normas sociais é que fortalecem a confiança social. Desta forma, protagonizam a redução dos custos de transações e facilitam a cooperação. Nas comunidades, organizações onde a reciprocidade está presente, existem melhores condições de coibir o oportunismo e solucionar problemas de ações coletivas, fortalecendo a reciprocidade como regra mais importante (PUTNAM, 2000).

A definição do capital social é apresentada por Putnam (2000) como estando necessariamente ligada às relações interpessoais fundamentadas em reciprocidade, cooperação (...) e que independente do grupo familiar, organizacional em que estão inseridas, sempre geram processos de cooperação organizados entre as redes de relacionamentos. Essa rede de relacionamento faz com que os produtores rurais constituídos no APL se organizem e consigam vender seus produtos por um melhor preço no mercado.

Nesta mesma linha pode-se considerar que as redes estabelecidas no APL Celeiro se constituem por atores que compartilham um mesmo interesse, num processo de reconhecimento mútuo. Em consequência Putnam (2000) retrata que essas afirmações enfatizam que o capital social pode ser constituído por atores sociais individuais ou coletivos, familiares ou profissionais, dentre outros. Podemos destacar também que os atores sociais podem se públicos ou privados, naturais ou estimulados.

A participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para as ações relacionadas com os problemas sociais e com a promoção do desenvolvimento se fazem necessárias no processo de construção e fomento, na medida em que suas ações estejam direcionadas para a geração do capital social. Sendo assim, na visão de Putnam (2000), a dimensão política se sobrepõe a dimensão econômica salientando que as tradições cívicas permitem-nos a prever o grau de desenvolvimento e não ao contrário. Desta forma o desempenho institucional está condicionado pela comunidade cívica que deve estar engajada para que cooperação seja encarada como um benefício mútuo a todos os produtores que participam deste arranjo produtivo.

Putnam (2000) assegura que o atraso ou avanço econômico pode ser explicado pelo nível de capital social que a o arranjo produtivo APL apresenta. Para ele, o capital social é

considerado um recurso coletivo ou comunitário, cujas atividades associativas desenvolvidas neste APL causam um grande impacto no desenvolvimento econômico e na riqueza das comunidades.

Em fim, o capital social não é estipulado por legislação, mas brota de interações cotidianas entre os atores que se julgam pertencente ao arranjo produtivo que se constitui do APL Celeiro. Essas interações permitem o desenvolvimento por intermédio da geração de cooperação. Entretanto o que se percebe é que o capital social, com suas variáveis, como reciprocidade, cooperação, confiança, (...) pode mudar esta realidade, pois tem efeito positivo na produção de bens coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento regional é um grande desafio nos tempos atuais em que a perspectiva do determinismo econômico e da globalização, por meio da homogeneização dos territórios, ainda impera. No entanto, o esforço para superar tal conceito hegemônico é extremamente importante para o desenvolvimento das regiões, considerando seus sentidos históricos, sociais, econômicos e culturais, valorizando as particularidades de cada território.

A complexidade do mundo real e de sua dinâmica de transformação impõe, no entanto, a necessidade de fazer recortes disciplinares, espaciais, históricos, culturais, sociais, etc., para que seja possível realizar os estudos. Ao se delimitar os temas de interesse para a pesquisa envolvendo os processos de desenvolvimento não se pode, por certo, desconsiderar a existência de um “Projeto Hegemônico” de desenvolvimento que ultrapassa as fronteiras regionais e nacionais. A possibilidade de intervir nesses processos, entretanto, é facilitada quando o foco estiver centrado no uso das potencialidades regionais, que se reforçam nas diferenças históricas, geográficas e culturais da sociedade e do território (TRENNEPOHL et al., 2007; ETGES e DEGRANDI, 2013).

Com base nas discussões expostas no presente trabalho, a formação de agrupamentos conhecidos como Arranjos Produtivos Locais (APLs) passou a ser vista sob uma nova ótica, a qual traz à pauta as discussões do papel e das características dos participantes envolvidos, evidenciando o quanto estes indivíduos, imbuídos de um espírito coletivo, podem fomentar melhores desempenhos econômicos, posicionamentos estratégicos e, ainda, contribuir com o processo de desenvolvimento da localidade no qual estão inseridos.

Como não bastassem, os APLs emergem como novos formatos organizacionais que induzem o fortalecimento dos arranjos produtivos, viabilizando a sua expansão em termos

econômicos e o desenvolvimento da localidade em uma perspectiva de longo prazo, na medida em que são presenciadas ações articuladas e cooperadas entre si.

Verifica-se neste contexto, a importância em se ter uma produção compartilhada, a partir do estímulo a práticas cooperativas e participativas, na medida em que estas servem de subsídio para a origem de laços coesos de confiança, desencadeando em uma maior especialização e cooperação aliada à competição e troca de informações entre os diferentes elos do arranjo.

Não menos importante, a discussão sobre os caminhos mais promissores para se alcançar o desenvolvimento encontra-se fundamentada na existência de um ambiente democrático em que a sociedade civil se sinta apta para participar ativamente das atividades que estejam sendo desenvolvidas e implementadas pelas instâncias governamentais. Desta forma percebe-se o processo de construção cultural, a construção de redes de relacionamentos, bem como de seus processos de estruturação, como consequência de simbolismo, ou seja, os indivíduos ou grupos se manifestam ou repetem suas ações baseados em significados simbólicos individuais ou coletivos. Essas manifestações é que caracterizam o processo de construção cultural no APL e determinam que o capital social acumulado no arranjo produtivo é a condição principal para a cooperação, formação das redes, associações e consórcios de pequenos produtores e empresas.

Este estudo realizou uma discussão teórica a qual abordou pontos importantes sobre o processo de globalização e a lógica do poder hegemônico no regime de acumulação capitalista, o relacionamento do desenvolvimento e suas interações com a cultura e capital social com ênfase no arranjo constituído no APL Agroindústria Familiar da Região Celeiro.

Para finalizar, entende-se que o processo de globalização, capital social, cultura pode ser considerado como variáveis importantes para a viabilização dos novos formatos organizacionais, em especial os Arranjos Produtivos Locais, pelas suas possibilidades de estímulo ao compartilhamento de normas e valores, bem como o aumento na capacidade de sinergia e de confiança entre os seus diversos atores sociais.

A partir dos argumentos expostos, o presente estudo permitiu perceber que o relacionamento do desenvolvimento e suas interações com a cultura e capital social, que de certo modo, influenciam a dinâmica das regiões assim como possibilitam a promoção do desenvolvimento regional. Portanto, almeja-se criar um sentimento de pertencimento por parte dos indivíduos, organizações e instituições ao local em que se encontram inseridos, no sentido de substituir comportamentos individualizados por atitudes colaborativas e, por

consequente, induzir o processo de articulação junto à comunidade a partir de um maior poder de iniciativa dos próprios atores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASSO, David, TRENNEPOHL, Dilson. **Planejamento estratégico de arranjos produtivos locais: plano de desenvolvimento do APL Agroindústria familiar da região celeiro 2014-2020**. Ijuí. Ed. Unijuí, 2014.
- BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- COLEMAN, J. S. **Social capital in the creation of human capital**. American Journal of Sociology, v. 94, p. 95-120, 1988.
- COSTA, E. J. M. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica, 2010.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os economistas).
- MASCENA, K. M. C.; FIGUEIREDO, F. C.; BOAVENTURA, J. M. G. **Clusters e APL's: análise bibliométrica das publicações nacionais no período de 2000 a 2011**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 53, n. 5, p. 454-468, 2013.
- MATOS, R. A. **Arranjo produtivo local (APL) como gerador de capital social: o caso do APL de Imbituva-PR**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Organização e Desenvolvimento da FAE Centro Universitário, Curitiba, 2009.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os economistas).
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1987.
- MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. IV Conferência Regional ISTR-LAC San Jose', Costa Rica, 8-10 de outubro de 2003.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ORTIZ, Renato. **Cultura e desenvolvimento**. V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural. Almada: 2007. P. 1-7. Disponível em: http://www.redculturalmercosur.org/docs/ortiz_port.pdf. Acesso em: setembro de 2014.
- PORTER, M. E. **Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: 2 ed. Editora FGV, 2000.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RIST, Gilbert. **La cultura y el capital social. Cómplices o víctimas del desarrollo?** In: KLIKSBURG, Bernardo; TOASSINI, Luciano (Orgs.). **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires, 2000. p. 129-150.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção: Os economistas).
- TRENNEPOHL, D. et al. **Desenvolvimento e Cultura: relações de sinergia e conflito**. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, Editora Unijuí, ano 5, nº 9, p. 147-161, jan./jun., 2007.
- WILLIAMS, Raymond. **Culture is ordinary**. In: GRAY, Ann; MCGUIGAN, Jim. (Orgs.). **Studyine Culture**. London: Arnold, 1993, p. 5-14.